PROJETO DE LEI N° 25.2022

“Dispõe sobre a obrigatoriedade dos fornecedores de produtos e subprodutos de origem nativa da flora brasileira apresentarem perante a Municipalidade o Documento de Origem Fiscal – DOF, e dá outras providências”

CLEBER MENEGUCCI, Prefeito Municipal de Lupércio, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado o Programa Municipal para a redução de uso de madeira oriunda da Amazônia e/ou nativa na construção civil do município, auxiliando a fiscalização do comércio das madeireiras locais, defendendo o uso de madeira sustentável ou oriunda de florestas plantadas, inclusive nas aquisições de madeiras pelo Poder Público Municipal.

Art. 2º. Somente serão expedidos Alvará de Construção Civil e Carta de Habite-se para as construções que, sendo necessários o uso de madeira, utilizem madeiras legalizadas e de origem comprovada.

§ 1º - Para expedição do Alvará de Construção Civil o requerente deverá apresentar as seguintes declarações:

I. Declaração conjunta, firmada pelo proprietário e pelo autor do Projeto, comprometendo-se a utilizar somente produtos e subprodutos de madeira de origem exótica ou no caso de utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa, comprometendo-se a apresentar o Documento de Origem Florestal – DOF, que deve ser emitido junto com a Nota Fiscal no momento da aquisição de produtos e subprodutos de madeira nativa.

§ 2º - Para expedição da Carta de Habite-se o requerente deverá apresentar os seguintes comprovantes:

I. Comprovante de Inscrição e Certificado de Regularidade da pessoa jurídica responsável pelo fornecimento da madeira de origem nativa, no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;

II. No caso de Comprovante de Inscrição e Regularidade no CADMADEIRA –cadastro estadual das pessoas jurídicas que comercializam, no Estado de São Paulo, produtos e subprodutos de origem nativa da flora brasileira (Decreto Estadual nº 53.047/2008, de 02 de junho de 2008), não será necessário apresentar o Certificado de Regularidade no CTF;

III. Notas fiscais relativas à aquisição dos produtos e subprodutos de madeira, tanto de origem exótica quanto de origem nativa;

IV. No caso de utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa, deverá ser apresentado junto com a nota fiscal o Documento de Origem Florestal – DOF, com o intuito de comprovar a legalidade da madeira nativa utilizada na obra.

§ 3º - Não será emitido a Carta de Habite-se enquanto o requerente não apresentar a comprovação de procedência da madeira.

Art. 3º. Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando assim revogado o Decreto Municipal nº 22, de 02 de abril de 2018, e demais disposições normativas em contrário.

Prefeitura Municipal de Lupércio, 09 de Maio de 2022.

CLEBER MENEGUCCI
Prefeito Municipal